

# DIREITO DE OPOSIÇÃO

PAO 2026

**MANDATO 2025-2029**

## Índice

<b>01. CRESCER.....</b>	<b>2</b>
1.1 Desenvolvimento Económico.....	2
A) Revisão de taxas municipais de baixo impacto (inferiores a 10€).....	2
B) Redução da Derrama Municipal e alargamento do limite de isenção para PMEs.....	3
1.2 Habitação e Planeamento Territorial.....	3
A) Revisão do PDM para aumentar a oferta habitacional de forma equilibrada.....	3
B) Simplificação dos processos de licenciamento com SLAs e vias aceleradas (“sprint”) para projetos prioritários.....	4
<b>02. CUIDAR.....</b>	<b>6</b>
2.1 Mobilidade.....	6
A) Plano “Matosinhos Sem Buracos”.....	6
B) Rede de estacionamentos seguros para bicicletas e integração com transportes públicos.....	6
C) Novos hubs intermodais: Estação de Senhor de Matosinhos / Leixões.....	7
2.2 Segurança.....	8
A) Reforço da iluminação pública e gestão do arvoredo.....	8
B) Reforço do policiamento de proximidade.....	9
2.3 Ambiente.....	10
A) Fatura separada para resíduos urbanos e tarifários PAYT (domésticos).....	10
<b>03. GERIR.....</b>	<b>11</b>
3.1 Transparência e Qualidade dos Serviços.....	11
A) Implementação acelerada das certificações ISO 9001 (qualidade) e ISO 27001 (segurança da informação).....	11
B) Plano Municipal de Poupança Pública (Spending Review).....	11

## 01. CRESCER

### 1.1 Desenvolvimento Económico

#### **A) Revisão de taxas municipais de baixo impacto**

##### **Descritivo:**

Propõe-se que, em sede própria, o Executivo pondere a revisão e possível eliminação de todas as taxas municipais de baixo valor, por exemplo as inferiores a 10€, que habitualmente incidem sob segunda via de documentos, atualização de dados em registos municipais ou pedidos administrativos que não geram esforço adicional ao serviço público.

Exemplos indicativos:

- **TX001:** Taxa pela emissão de cartão de utente de mercado municipal. Valor: 8,73€
- **TX359:** Registo de animal no Sistema de Identificação de Animais de Companhia (SIAC). Valor: 4,61€
- **TX262:** Prestação de serviços e concessão de documentos - Junção de Elementos ao Processo. Valor: 6,23€ [O fornecimento em pen implica o pagamento adicional de 7,00 € + IVA]
- **TX287:** Prestação de serviços e concessão de documentos - Digitalização (imagens já digitalizadas). Valor: 1,00 + IVA

##### **Racional:**

A evidência empírica em administração pública mostra que taxas simbólicas têm um custo de cobrança superior à receita que geram, além de criarem barreiras de fricção para cidadãos e empresas. Estudos da OCDE sobre simplificação administrativa confirmam que taxas de baixo valor reduzem a competitividade, criam morosidade administrativa e não cobrem os custos operacionais associados ao seu processamento.

##### **Impacto orçamental: Baixo**

A receita perdida é residual e é amplamente compensada pela poupança administrativa (tempo, recursos humanos, processamento, cobrança coerciva).

## **B) Redução da Derrama Municipal e alargamento do limite de isenção para PMEs**

### **Descritivo:**

Reduzir a taxa atual (1,5%) para 1,3%, e aumentar o limite de isenção da derrama para empresas com volume de negócios até 250 mil euros.

### **Racional:**

A derrama é um dos impostos municipais com maior impacto sobre investimento produtivo - vários estudos mostram que a derrama tem um efeito negativo na criação de emprego e na retenção de empresas. A redução melhora a competitividade de Matosinhos face a concelhos vizinhos.

### **Impacto orçamental: Médio**

A perda de receita é moderada, mas tende a ser compensada pelo aumento do número de contribuintes e da atividade económica.

## **1.2 Habitação e Planeamento Territorial**

### **A) Revisão do PDM para aumentar a oferta habitacional de forma equilibrada**

#### **Descritivo:**

Proceder a nova revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) com três objetivos principais:

1. **Alargar o perímetro urbanizável** em zonas com capacidade de expansão, especialmente a nascente e norte do concelho, onde existe espaço disponível e menor pressão urbanística;
2. **Aproveitar melhor o solo urbano existente**, permitindo construção em altura moderada e bem integrada nos locais onde as infraestruturas, acessibilidades e escala urbana já suportam maior densidade;

3. **Desenvolver solo orientado para o transporte** (“Transit Oriented Development”), privilegiando a expansão habitacional ao longo das linhas do Metro e dos futuros eixos de mobilidade estrutural.

**Racional:**

A relação entre oferta de solo urbanizável e estabilização dos preços da habitação está amplamente documentada. Estudos do *Centre for Cities* (Reino Unido) e da OCDE mostram que restrições excessivas ao solo são um dos principais fatores de pressão sobre os preços, sobretudo em áreas metropolitanas. Municípios que adotaram revisões programadas de PDM para expandir solo bem localizado observaram reduções significativas na taxa de esforço habitacional. A integração entre habitação e transporte reduz custos de mobilidade, aumenta qualidade de vida e corrige desigualdades territoriais. Num concelho como Matosinhos, onde a pressão imobiliária é refletida sobretudo nas freguesias centrais, não expandir a oferta cria uma estrutura permanentemente inflacionada, com custos crescentes para famílias e empresas.

**Impacto orçamental: Baixo**

A revisão do PDM implica processos administrativos, consulta pública e estudos técnicos, sem cargas financeiras operacionais significativas para o município.

**B) Simplificação dos processos de licenciamento com SLAs e vias aceleradas (“sprint”) para projetos prioritários**

**Descritivo:**

Implementar um sistema de avaliação de desempenho do licenciamento urbanístico, com indicadores públicos (SLAs) sobre:

- tempo médio de decisão por tipo de processo,
- número médio de pedidos de esclarecimento adicionais,

- taxa de deferimento,
- principais pontos de bloqueio.

Criar um modelo de tramitação acelerada para projetos de interesse público, em particular creches, jardins infantis e escolas, com decisões obrigatórias dentro de prazos reduzidos (por exemplo, 30 dias úteis).

**Racional:**

Portugal apresenta tempos de licenciamento superiores à média da OCDE, sendo o licenciamento urbanístico o maior entrave administrativo ao desenvolvimento no país. Estudos comparativos mostram que municípios com SLAs públicos reduzem em 30% a 50% o tempo médio de decisão. Isto deve-se ao aumento da previsibilidade, accountability e digitalização interna. A criação de vias aceleradas (“fast track” ou “sprint”) é prática comum em várias cidades europeias que pretendem responder a necessidades urgentes.

Em Matosinhos, vários agentes económicos reportam atrasos que ultrapassam frequentemente 12 a 18 meses, o que encarece projetos, retarda a criação de oferta e aumenta o custo final para as famílias.

**Impacto orçamental: Baixo a Médio**

Envolve reorganização interna e eventual investimento em software, compensado por ganhos de eficiência e menor litigância.

## **02. CUIDAR**

### **2.1 Mobilidade**

#### **A) Compromisso “Matosinhos Sem Buracos”**

**Descritivo:**

Implementar um plano plurianual de manutenção profunda de todos os passeios, estradas, arruamentos, com informação atualizada e online sobre o estado de execução do plano e sem depender do calendário eleitoral.

**Racional:**

A literatura em engenharia civil e gestão de infraestruturas demonstra que cada euro investido em manutenção preventiva evita entre 4 e 7 euros em reparações futuras (American Public Works Association; Federal Highway Administration Pavement Preservation Guidelines). O mau estado do pavimento é ainda um determinante direto de sinistralidade urbana, segundo dados da European Transport Safety Council (ETSC), que aponta que os pavimentos degradados contribuem em 12% dos acidentes urbanos.

**Impacto orçamental: Médio**

Exige investimento anual constante, mas com retorno financeiro comprovado e impacto significativo na qualidade de vida.

#### **B) Rede de estacionamento seguros para bicicletas e integração com transportes públicos**

**Descritivo:**

Continuação da expansão de instalação de estacionamento seguro (tipo “aparcamento fechado”, estruturas anti-roubo e cobertas) em zonas residenciais, centros escolares, interfaces de transporte e estações de Metro. Promoção da revogação da proibição de transporte de bicicletas no Metro em hora de ponta, retirando entraves à intermodalidade.

**Racional:**

A European Cyclists' Federation demonstra que infraestruturas de estacionamento seguro aumentam em 20–41% a utilização diária da bicicleta (relatório “Cycling Measures 2023”). O Banco Mundial e a OCDE indicam que barreiras como roubo, vandalismo e falta de integração modal são os maiores inibidores de mobilidade ativa. No contexto metropolitano, o uso da bicicleta como complemento do transporte pesado reduz congestionamento e emissões, gerando poupanças ambientais mensuráveis.

**Impacto orçamental: Baixo a Médio**

As estruturas são de custo reduzido e escalável; o impacto de manutenção é residual.

**C) Novos hubs intermodais: Estação de Senhor de Matosinhos / Leixões**

**Descritivo:**

Avaliar a viabilidade de transformar a zona da Estação de Senhor de Matosinhos num hub intermodal que articule Metro, autocarros, modos suaves e estacionamento estruturado, tirando partido da localização estratégica do local, situado junto à A28 e com grande acessibilidade para entradas e saídas do concelho.

**Racional:**

A Estação de Senhor de Matosinhos é hoje subvalorizada enquanto porta de entrada no concelho e tem o potencial de funcionar como nó de distribuição, sobretudo para quem vem da A28, da Circunvalação ou das freguesias limítrofes. Além disso, a criação de um hub melhora a integração modal, reduz tempos de transferência entre modos e incentiva deslocações multimodais, uma recomendação expressa da UITP e da OCDE para concelhos metropolitanos.

### **Impacto orçamental: Médio**

A maior parte do investimento decorre de reorganização do espaço público, sinalização, melhoria de acessos e pequenas infraestruturas, podendo ser faseado.

## **2.2 Segurança**

### **A) Reforço da iluminação pública e gestão do arvoredo**

#### **Descritivo:**

Implementar um plano de melhoria contínua, incluindo manutenção e reforço em locais com défice de iluminação, designadamente pela redução da altura de postes no meio de árvores, para garantir uma cobertura completa que reforce a percepção de segurança dos munícipes. Assegurar manutenção regular de arvoredo e espaços verdes para evitar bloqueio de pontos de luz.

#### **Racional:**

A iluminação é uma das formas mais diretas e económicas de melhorar a segurança numa cidade. Ruas mais iluminadas reduzem oportunidades de crime e diminuem a probabilidade de quedas e acidentes. Quando um poste está tapado por árvores ou quando a luz é fraca, o resultado é sempre o mesmo: zonas escuras que causam insegurança, sobretudo para idosos, mulheres e quem se desloca a pé ao final do dia.

A evidência reforça aquilo que qualquer cidadão percebe intuitivamente: a boa iluminação desencoraja comportamentos de risco e aumenta a sensação de proteção. Este é um daqueles casos em que a solução técnica coincide com o bom senso: luz onde faz falta e árvores cuidadas para não a bloquear.

### **Impacto orçamental: Médio**

O custo da intervenção é moderado, principalmente pela necessidade de ajustar a altura dos postes em zonas onde o arvoredo impede uma boa cobertura luminosa. No entanto, este investimento é significativamente amortizado pelo facto de os postes mais altos retirados não serem

desperdiçados, já que parte do investimento pode ser compensado pela reutilização eficiente do equipamento municipal, reduzindo a necessidade de aquisição de novos postes e luminárias. Os benefícios (segurança, prevenção de acidentes e melhor uso do espaço público) superam largamente o investimento.

## **B) Reforço do policiamento de proximidade**

### **Descritivo:**

Promover programas de policiamento de proximidade em todo o concelho de Matosinhos, com mais rondas a pé que fortaleçam a confiança mútua entre munícipes e forças policiais. Assegurar a presença da Polícia Municipal em todas as freguesias de Matosinhos, estabelecendo protocolos com as autoridades nacionais, para que complemente, parcial ou totalmente, o policiamento de proximidade.

### **Racional:**

A evidência empírica do College of Policing (UK) mostra que a presença regular de polícia a pé reduz a criminalidade violenta e patrimonial em 10% a 20%, especialmente em zonas residenciais e comerciais. Estudos de Sherman e Eck (University of Maryland) indicam que o policiamento de proximidade melhora a confiança mútua, aumenta a taxa de reporte e reduz a reincidência de comportamentos incivilizados.

### **Impacto orçamental: Médio**

Exige reorganização de turnos e algum reforço de efetivos, mas com efeito positivo direto na segurança.

## 2.3 Ambiente

### **A) Fatura separada para resíduos urbanos e tarifários PAYT (domésticos)**

#### **Descritivo:**

Criar uma fatura autónoma para os resíduos urbanos, separada da fatura da água, permitindo aos munícipes perceber exatamente quanto custa o serviço de recolha e tratamento de lixo. Avançar, de forma faseada, para um tarifário PAYT (“Pay-As-You-Throw”), em que quem produz menos lixo paga menos (tarifários baseados na quantidade de lixo produzido).

#### **Racional:**

O modelo atual, em que o custo dos resíduos aparece “escondido” na fatura da água, impede qualquer transparência. O munícipe não sabe quanto está a pagar, não distingue o que é consumo de água do que é recolha de lixo e, sobretudo, não tem qualquer incentivo para reduzir resíduos. Separar as faturas é, antes de mais, um exercício de clareza: cada pessoa deve saber exatamente o que paga e porquê. Esta prática está alinhada com as exigências europeias e com o princípio de “preço justo pelo serviço prestado”.

Quanto aos tarifários PAYT, tratam-se de sistemas usados em inúmeras cidades europeias e os resultados são consistentes:

- Menos resíduos indiferenciados,
- Mais reciclagem,
- Menor custo ambiental e financeiro para o município.

#### **Impacto orçamental: Médio**

Exige adaptação tecnológica e operacional, mas gera poupanças significativas a médio prazo devido à redução da quantidade de resíduos enviados para aterro e à diminuição das tarifas associadas.

## 03. GERIR

### 3.1 Transparência e Qualidade dos Serviços

#### **A) Implementação acelerada das certificações ISO 9001 (qualidade) e ISO 27001 (segurança da informação)**

**Descritivo:**

Certificação dos serviços municipais e participadas, com auditorias externas, indicadores públicos de desempenho e planos corretivos vinculativos.

**Racional:**

A ISO 9001 reduz variabilidade de processos, aumenta previsibilidade e melhora o desempenho operacional, evidenciado por meta-análises de mais de 800 organizações públicas europeias (Nielsen et al., Public Administration Review, 2021). A ISO 27001 é hoje considerada imprescindível para a cibersegurança na administração pública. Casos recentes de ataques a municípios portugueses demonstram que a ausência de sistemas de gestão da segurança amplifica riscos operacionais e financeiros. A União Europeia, através do NIS2, recomenda explicitamente a adoção de sistemas estruturados de gestão de risco como o ISO 27001.

**Impacto orçamental: Médio**

Requer auditorias e formação, mas reduz riscos legais e operacionais de alto custo.

#### **B) Plano Municipal de Poupança Pública (*Spending Review*)**

**Descritivo:**

No seguimento da proposta anterior e dos KPIs daí obtidos, implementar um plano rigoroso para reduzir despesa corrente, através da otimização de estruturas, da redução de gastos não essenciais na promoção da qualidade de vida dos matosinhenses e na correção de ineficiências organizacionais. O objetivo é, assim, garantir a utilização parcimoniosa dos recursos públicos e

libertar espaço para, por exemplo, investimento produtivo e descida de carga fiscal.

**Racional:**

As *spending reviews* aplicadas em países como os Países Baixos, Irlanda e Reino Unido mostraram ser capazes de reduzir entre 3% e 7% das despesas correntes, sem perda de qualidade do serviço (IMF Working Paper 2019; OECD Government at a Glance 2023). Esta proposta permite libertar recursos para redução de carga fiscal e/ou reinvestimento produtivo.

**Impacto orçamental: Baixo**

É uma medida de organização interna com retorno orçamental positivo.